

# Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

ARTE: BRENDA BARROS

## Uma cidade (re)nascida do mangue

Passados 25 anos, participantes do Mangubeat revisitam surgimento da cena no Recife, fazem balanço e apontam legados.

Págs. 4, 5 e 6



### Reforma do Ensino Médio

MP 746 reacende debate em torno de mudanças necessárias para melhorar educação brasileira.

Pág. 3

### Teste da linguinha

Exame em recém-nascidos passará a ser obrigatório em hospitais e maternidades do Estado a partir do ano que vem.

Pág. 7

### Intolerância religiosa

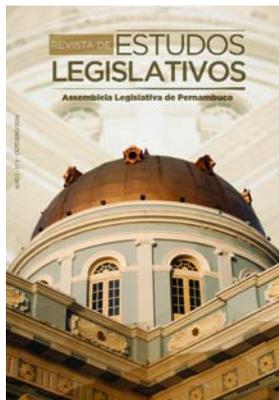
No Mês da Consciência Negra, fiéis e especialistas consideram racismo violência contra religiões de matrizes africanas.

Pág. 8

## ACONTECEU NA ALEPE

### Novas publicações

Em outubro, a Consultoria Legislativa (Consuleg) da Alepe lançou duas publicações com o objetivo de qualificar ainda mais o trabalho desenvolvido na Casa: o Manual de Elaboração de Emendas Parlamentares e a primeira edição da Revista de Estudos Legislativos. O primeiro material reúne orientações que auxiliarão legisladores e assessores na redação de emendas parlamentares e está atualizado com as modificações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2017 do Estado, aprovada em agosto. Já a revista é uma coletânea de artigos acadêmicos com oito temas relacionados a políticas públicas estaduais, como geração de energia renovável e combate à violência de gênero. Instituída na atual legislatura, a Consuleg oferece suporte especializado a deputados e a Comissões Técnicas.



### Mulher Empreendedora

Desde a aprovação da Lei nº 15.581/2015, de autoria da deputada Simone Santana (PSB), o Dia Estadual da Mulher Empreendedora passou a ser comemorado a cada 8 de outubro em Pernambuco. Para marcar a data, a Alepe promoveu, no último dia 10 de outubro, uma Reunião Solene que homenageou a empresária Mércia de Moura, representante do empreendedorismo feminino pernambucano de 2016. Criadora das marcas MM Special e Marie Mercié, a goianense ergueu uma fábrica de confecções no município de Itambé, na Mata Norte, que gera 300 postos de trabalho e mais de 150 empregos indiretos. Mércia dedicou a honraria à equipe de funcionários. “Sem eles, jamais chegaríamos aonde chegamos”, disse.

### Orçamento 2017

Tramita na Alepe, desde 5 de outubro, o Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) do Estado para o exercício de 2017. Em apresentação na Comissão de Finanças, o secretário estadual de Planejamento e Gestão, Márcio Stefanni, frisou que o próximo ano será difícil, com previsão de receita e despesa de R\$ 33,172 bilhões, valor que é 1,8% superior ao de 2016, porém 3,1% menor que o de 2015 e abaixo da inflação acumulada. “A atividade econômica não reage e já são três anos de orçamento negativo. Mas temos conseguido cumprir compromissos e avançar”, afirmou. O prazo para apresentação de emendas ao PLOA termina em 11 de novembro. No próximo dia 23, serão apreciados os pareceres parciais dos relatores. A análise dos pareceres geral e de redação final deverá ocorrer em 30 de novembro.

## EM FOCO

### Science no cinema

Se estivesse vivo, Chico Science, maior ícone do movimento Manguebeat, teria completado 50 anos no último dia 13 de março. Entre as homenagens que marcaram a data, foi lançado o documentário *Chico Science - Caranguejo Elétrico*. O filme, de 86 minutos, mostra a vida e a obra do músico, resgatando momentos importantes da trajetória encerrada abruptamente num acidente de carro, em fevereiro de 1997. Produzida pela RTV Produções em parceria com a Rede Globo Nordeste e Globofilmes, a obra reúne material inédito e depoimentos gravados em 2015 com familiares e expoentes da música nacional, além de relatos de companheiros de carreira como Fred Zero Quatro, Jorge d'Ávila, Lúcio Maia e Dengue. “O filme mostra que, mesmo 20 anos após sua morte, Chico continua vivo, representando uma nova simbologia do Nordeste contemporâneo e encantando com sua obra, que continua atual”, ressalta o diretor José Eduardo Miglioli.



### Fique Sabendo

*Caranguejo Elétrico* terá uma exibição gratuita durante o MIMO Festival, em Olinda, no dia 19 de novembro, às 20h, no Mercado da Ribeira. Também está previsto para ser exibido pela Rede Globo Nordeste na noite do dia 18 de dezembro. Confira a abertura do filme:



## VOCÊ NA ALEPE

“Acho importantíssimo a Casa convidar os interessados pela política pública para discutir seus direitos. Dialogar ajuda a resolver questões e empoderar os usuários.”



### Silda Villar

**Assistente social**, que esteve na Alepe, no dia 19 de outubro, para participar de audiência pública sobre os desafios e perspectivas nos seis anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, promovida pela Comissão de Meio Ambiente.

“É importante que a Alepe abra espaço para os jovens e os incentive, homenageando pessoas como meu pai, já falecido, que foi um exemplo de dedicação à formação da juventude.”



### Clementina Duarte

**Designer de moda**, durante Grande Expediente Especial em comemoração à Semana Nacional e Estadual de Ciência e Tecnologia, em 20 de outubro. O pai dela, professor Paulo José Duarte, foi homenageado na ocasião.

“Vai interferir no meu futuro. É muito importante a Assembleia discutir a MP, porque é um dos poucos momentos em que podemos participar de uma decisão como essa.”



### Izabella Santiago

**Estudante**, em audiência pública da Comissão de Educação, no dia 26 de outubro, para debater a reforma do Ensino Médio e as alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), previstas na Medida Provisória (MP) nº 746/2016.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



● EDUCAÇÃO

# O desafio de formar a juventude do futuro

**Governo e educadores discordam no conteúdo, mas debate sobre reforma do Ensino Médio, iniciado pela MP 746, é considerado estratégico para o País**

Gabriela Bezerra

Se o conteúdo da Medida Provisória (MP) nº 746/2016 e a escolha desse instrumento para a realização de uma reforma educacional são objetos de divergência, há um ponto de encontro entre as diversas opiniões sobre o tema: reformar é, sim, necessário. Divulgado em setembro, o resultado do último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) revelou que o País está distante da meta (*ver arte*). Em comparação com outras nações no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), o desempenho mostra-se ainda mais deficitário.

Avaliando que o atual cenário “é reflexo de um modelo prejudicial que não favorece a aprendizagem e induz os estudantes a não desenvolverem suas habilidades e competências”, na justificativa da MP enviada ao Congresso Nacional, o ministro da Educação, Mendonça Filho, propõe um novo modelo de Ensino Médio. A principal ação para garantir proficiência e redução das taxas de abandono da escola é o que o gestor chama de “flexibilização”: em vez de cursar 13 disciplinas, o aluno poderá escolher uma das diferentes áreas que passarão a ser ofertadas – linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional.

Parte das críticas à medida advém desse ponto. “Não se pode ficar focado num modelo de educação economicista. Muitas vezes, a escola é o único lugar em que o estudante tem acesso à cultura, por exemplo”, argumenta o professor Ramon de Oliveira, que integra o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). “A medida provisória entende que ‘escola mais atraente’ é a que prepara para o vestibular e o mercado de trabalho, ou seja, o dia de amanhã. Mas como fica o dia de hoje?”, questiona.

A angústia é compartilhada pela deputada Teresa Leitão (PT), que preside a Comissão de Educação da Alepe. Em discurso no Plenário, a parlamentar declarou apoio a mobilizações contra a MP. “Os alunos não querem uma escola apequenada, na qual não se forma criticamente, sem a discussão de conteúdos contemporâneos e que prepara somente para apertar parafusos.” Durante a audiência pública realizada pelo colegiado no dia 28 de outubro, a deputada avaliou, ainda, que “o Ministério da Educação (MEC) recebeu de Pernambuco o sentimento de grande preocupação com o conteúdo e a implementação da medida”.

Também na audiência, o secretário de Educação Básica do MEC, Rossieli Soares, defendeu que a

flexibilização vem para colocar o estudante no centro do processo. “O objetivo é garantir o protagonismo da juventude, focado no projeto de vida do aluno. A maioria dos países tem a sua base comum até o equivalente ao 1º ano do Ensino Médio do Brasil. Depois os estudantes seguem itinerários diferenciados, que estamos propondo com base nessa experiência”, explica.

Na mesma perspectiva, o secretário estadual de Educação, Frederico Amâncio, avalia que “o Ensino Médio brasileiro ficou parado no tempo, enquanto o mundo avançou”. “Muitos países rediscutiram seus currículos, adotando o referencial do estudante. É fundamental que façamos isso, sobretudo porque enfrentamos no Brasil taxas de evasão escolar muito altas”, frisa.

Outro ponto abordado por ele foi a importância da educação em tempo integral, também objeto da MP. Ao lado do Amazonas, Pernambuco – que tem investido na modalidade desde 2004 – foi um dos únicos Estados do Brasil que atingiu a meta do Ideb para 2015. “O ensino integral deveria ser um direito de todos, como em outras nações”, defende Amâncio.

Ressaltando que “a educação não é uma estrada, que se constrói e se entrega de um ano para o outro”, Ricardo Chaves, que desde maio preside o Conselho Estadual de Educação, aponta para uma discussão mais ampla sobre o futuro. “Quem o Brasil quer ser? A Coreia do Sul, por exemplo, investe em aulas de empreendedorismo, justamente porque isso faz parte do objetivo de desenvolvimento do país”, compara.

Chaves, que é professor de Economia da UFPE, também faz uma análise sobre os números obtidos no Pisa. “Sempre ficamos nas últimas posições, o que reflete a prioridade dada à educação no País”, diz. Na última edição do exame, a nota do Brasil em matemática ficou 222 pontos atrás do desempenho alcançado pelo primeiro colocado no ranking, a província de Xangai (China).

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) acredita que a discussão sobre o Ensino Médio precisa abranger os problemas estruturais das escolas e questiona o que vê como lacunas no texto. “Como falar em qualidade do ensino sem mencionar a importância da formação continuada dos professores, da reformulação da carreira, que não é nem um pouco atraente, e da melhoria das condições das escolas?”, expôs Fernando Melo, que preside a entidade.

Para o MEC, o importante é iniciar a discussão. “Há 20 anos, o Congresso avalia propostas sem tomar uma decisão. Graças ao fato de ter sido apresentada como medida provisória, a reforma do Ensino Médio está sendo discutida no Brasil inteiro e considerada um debate urgente”, acredita Rossieli Soares.



## ● MANGUEBEAT

# Raízes conectadas

Há 25 anos, reuniões informais de jovens amigos viriam a se tornar uma cena pluriartística que ainda impacta na cultura pernambucana. Precursores do Mangubeat destacam espírito de cooperação como força propulsora do movimento na origem

André Zahar

Uma “cooperativa” de artistas e agitadores culturais pode transformar uma cidade? Em 1990, o Recife era apontado pelo Comitê de Crise Populacional, organização internacional sem fins lucrativos que incentiva o planejamento familiar, como a quarta pior metrópole do mundo para se viver. Na época, os precursores do que viria a ser a “cena Manguê” deparavam com o dilema “mudar de lugar ou mudar o lugar”.

Cerca de 25 anos após o surgimento do Mangubeat, o cenário mudou. Pernambuco projeta artistas e produções musicais em grandes eventos esportivos, como a Olimpíada e a Paralimpíada do Rio de Janeiro. Também conquista salas de cinema mundo afora com uma estética própria, elogiada nos principais festivais internacionais – sinais de que o movimento que buscou desbloquear as artérias criativas da cidade ainda pulsa.

Para além dos talentos individuais, um dos recortes possíveis para compreender o percurso e os legados do Mangubeat diz respeito

ao funcionamento orgânico do grupo. “A força do movimento vinha do coletivo, que era maior do que qualquer nome isoladamente”, frisa o jornalista Renato L., considerado “ministro da Informação” da cena. Esse modo de produzir cultura potencializou ideias que encharcavam as mentes dos “manguéboys” e se materializou em shows lendários no Abril Pro Rock e discos hoje clássicos, como *Da Lama ao Caos* (Chico Science e Nação Zumbi) e *Samba Esquema Noise* (Mundo Livre S/A).

Em fins dos anos 1980, na ausência de áreas de lazer, as casas de amigos eram lugares propícios para ouvir discos garimpados e conversar. Nesses espaços, influências sonoras se cruzavam e pensamentos se afinavam. Em um estúdio improvisado na residência do artista visual H.d. Mabuse, em Casa Caiada (Olinda), surgiu a Bom Tom Rádio. Ali, ele – que seria o “ministro da Tecnologia” do Manguê –, Chico Science e Jorge d’u Peixe registraram a primeira versão da música *A Cidade*, que posteriormente seria gravada com a Nação Zumbi.

“Não tinha nada acontecendo na cidade. A diversão era se juntar para ficar ouvindo música. Depois, começamos a fazer as gravações

usando um equipamento de karaokê. Mas não havia ainda um circuito de lugares para tocar”, lembra Mabuse, que, junto com Renato L., Fred Zero Quatro (vocalista da Mundo Livre S/A) e Hélder Aragão (futuro DJ Dolores), organizava festas no Recife no fim da década de 80. Inspirada no conceito punk do “faça você mesmo”, a produção e divulgação dos eventos contavam com a participação de todos.

O termo Manguê transcende esse circuito restrito e aparece na imprensa, pela primeira vez, no caderno de cultura do *Jornal do Commercio*, em uma reportagem de 1991 sobre a festa *Black Planet*, em Olinda. Na matéria do jornalista Marcelo Pereira, Science, então vocalista da banda Loustal – embrião da Nação Zumbi –, anunciava ter criado um novo gênero musical. Por volta dessa época, durante um encontro num bar nas Graças, na Zona Norte do Recife, o músico usou a expressão para se referir ao som que emergiu de um ensaio com o Bloco Afro Lamento Negro, do qual participava Gilmar Bolla 8, futuro percussionista da banda de rock. “Essa conversa catalisou uma série de ideias. Boa parte dos conceitos-chaves surgiu numa espécie de fluxo de criatividade durante uns 40 minutos”, conta Renato.

Pouco tempo depois, Fred Zero Quatro conectaria reflexões, como “injetar um pouco de energia na lama”, com a imagem-símbolo da antena parabólica no texto para a imprensa intitulado *Caranguejos com Cérebro*, que terminou sendo divulgado na íntegra por Marcelo



Cartaz da festa *Black Planet*, de 1991. Em alusão ao evento, o termo “Manguê” foi citado pela primeira vez na imprensa se referindo a um ritmo que surgia no Estado

Pereira. “Duas coisas fundamentais ocorreram à nossa revelia. Uma delas foi a publicação do *release* como manifesto. Outra foi a troca do *bit*, de informação, para o *beat*, de batida, que ajudou a consolidar na cabeça das pessoas”, diz DJ Dolores, que, junto com o cineasta Hilton Lacerda, criava, naquele momento, capas de discos e videoclipes das bandas.

O músico, que se apresentou com a Orchestra Santa Massa no encerramento da Olimpíada do Rio, em agosto, sublinha que o uso do manguê como metáfora se contrapunha à imagem da monocultura da cana-de-açúcar. “O conceito sempre foi oposto ao que se espera de um movimento ou de uma cena comercial, em que tudo é igual. Desde o início, o Manguê já abrigava possibilidades estéticas diferentes, fazendo jus à ideia de um ecossistema diversificado”, aponta Dolores.

A diversidade do Mangubeat se propagou em espaços como a Soparia, aberta no Pina, em 1991, por Roger de Renor. O bar fornecia estrutura para músicos e bandas locais se apresentarem. “A Soparia agregava gente do teatro, do Maracatu

Nação Pernambuco... Teve show da Mundo Livre com Nação Zumbi. Isso trazia bandas novas. Depois, quando chegou radiola de ficha com CD, a gente teve mais de 30 discos com galeras da cena. As pessoas levavam os amigos para ouvir as fitas ‘demo’”, recorda Roger.

Na Soparia, a música também encontrou outras vertentes artísticas, como o cinema. “Quando o *Baile Perfumado* [filme de Paulo Caldas e Lírio Ferreira, de 1996] foi rodado, o meu bar ficou quase vazio, porque arregimentou todo mundo: eu, o Ortinho (vocalista da banda Querosene Jacaré), a galera do Mestre Ambrósio, Fred Zero Quatro... Todo mundo era mais ou menos da mesma turma”, ilustra.

O escritor e crítico musical José Teles conta ter conhecido os participantes da “cena Manguê” na Rua Sete de Setembro, na Boa Vista, centro do Recife. A presença de lojas de discos e da Livro 7, então a maior livraria do Brasil, ajudava a congregar artistas e intelectuais. O jornalista terminou sendo um dos elos da corrente ao apresentar a obra de Josué de Castro *Homens e Caranguejos* para

## Patrimônio

A Lei nº 13.853/2009, aprovada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, considera o Mangubeat Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

Science e Fred, durante uma visita dos músicos para mostrar uma fita “demo”. “Todo mundo se envolveu: a turma de design, da fotografia... Mexeu com cinema, moda, com tudo. Agregou todos que estavam fazendo arte. O que Recife é hoje se deve muito a essa história”, resume Teles, autor do livro *Do frevo ao Manguebeat*.

#### DIFUSÃO

Um outro ponto de convergência musical, naquele momento, foi a loja de CDs Rock Xpress, do produtor Paulo André. A partir de 1993, ele iria impulsionar a cena com iniciativas pioneiras como o festival Abril Pro Rock, que desde então aproximou bandas, gravadoras e imprensa nacional. Posteriormente, tornou-se empresário de Chico Science e Nação Zumbi e viabilizou a internacionalização da banda após o lançamento do álbum *Da Lama ao Caos* (1994) – empenho que contrariou o interesse da gravadora, mas se mostrou importante para a formação de público.

“O axé tinha chegado com tudo. Além disso, não tinha rádio para tocar as bandas nem quando os discos ficaram prontos, porque as emissoras de rock diziam que era um som regional, e as regionais diziam que era rock. Comecei a mandar o *Da Lama ao Caos* junto com críticas internacionais para o mundo inteiro. Cinco meses depois, recebemos o primeiro convite”, contextualiza Paulo André.

A primeira turnê, que incluiu Estados Unidos e países da Europa, começou pela cidade de Nova York, em 1995, onde o grupo abriu o show de Gilberto Gil no festival *Central Park Summer Stage*. “Quando a gente voltou, a gravadora falou que tínhamos conseguido muita visibilidade, que a banda tinha ‘estourado’. E, no Recife, nos esperavam recados de cinco blocos de axé querendo que a banda tocasse em trios elétricos do Recife. Tivemos que declinar”, conta o produtor.

A inquietação do movimento Mangue levou a inovações como a criação do primeiro programa de rádio da América Latina desenvolvido especialmente para a web, o Manguetronic Net Radio, e de um site oficial, em um momento em que a rede mundial de computadores ainda começava a ser implantada no Brasil. “A Internet estava despontando, cercada por um clima de otimismo. O que facilitou é que havia gente nesse núcleo-base que tinha domínio da tecnologia”, reforça Renato.

A capacidade de uso da mídia foi outra marca do movimento. “Em 1993, quando Nação Zumbi e Mundo Livre fizeram a primeira ‘manguetour’ de ônibus, para São Paulo e Belo Horizonte, no meio do caminho, compraram a *Folha de São Paulo* e uma matéria já dizia que os ‘mangueboys’ invadiam a capital paulista”, relata Mabuse.

Em meio aos acontecimentos, Chico Science atuava como mediador capaz de forjar, em alquimias sonoras, a unidade na multiplicidade. “Toda cena tem muita gente trabalhando e produzindo, mas tem que ter uma cara, para que as pessoas entendam. O Chico era esse ícone, o porta-voz que encarnou fisicamente uma série de ideias”, diz Dolores.

Para Marcelo Pereira, Science atuou como um lanceiro da música pernambucana. “Foi um grande catalisador, um ponta de lança, pois tinha uma capacidade de comunicação incrível, uma intuição fantástica, curiosidade, desejo de aprender e inquietação. Ele buscava manter contato com artistas de fora, não ficava restrito ao seu mundo, e soube ter ao redor músicos incríveis, criativos e antenados como ele”, avalia o jornalista.

#### PÓS-MANGUE

A morte precoce de Chico Science, em 1997, num acidente de carro em Olinda, poderia ter representado um enfraquecimento da cena. Mas a continuidade dos projetos de artistas envolvidos e os desdobramentos culturais dentro e fora da música apontam para a sobrevivência do espírito Manguebeat.

Para Paulo André, “desde os anos 1990, não se via na música uma intensidade cultural tão forte”. “Isso se deve a novos espaços culturais na cidade, que só existem porque há uma produção para circular”, acredita. Ele considera, porém, que os mesmos gargalos que a “cena Mangue” enfrentou na década de 90 se mantêm. “A comunicação pública está atrasada no tempo e falta uma estratégia de turismo tendo a música como carro-chefe, de uma forma que não seja caricata. Trabalhamos para levar o nome de Per-

nambuco a lugares onde nunca tinha ido, mas isso ainda não foi entendido pelo Poder Público”, ressalva.

Hoje, à frente do projeto Som na Rural, Roger de Renor observa que, mesmo após o Manguebeat e o reconhecimento nacional de artistas pernambucanos, ainda falta apoio do Poder Público para as ações culturais que surgem espontaneamente no Recife. “Apoio cultural, atualmente, é não mandar a polícia. Ainda continuam duas cidades, uma dentro da outra”, observa.

Mabuse identifica na atual luta pelo direito à cidade conexões com o Manguebeat, como a reunião de formas de expressão distintas e a produção de conteúdo em rede.

“Houve uma mudança na mentalidade das pessoas, com a percepção de que certas transformações estruturais podem ser realizadas na cidade. Antes do Mangue, para a indústria fonográfica, o Brasil ia até a Bahia. A gente conseguiu mudar essa geografia”, aponta.

*Em meados de 91, começou a ser gerado e articulado em vários pontos da cidade um núcleo de pesquisa e produção de ideias pop. O objetivo era engendrar um “circuito energético” capaz de conectar as boas vibrações dos mangues com a rede mundial de circulação de conceitos pop. Imagem símbolo: uma antena parabólica enfiada na lama.*

*(Trecho de Caranguejos com Cérebro, escrito por Fred Zero Quatro em 1992)*

## LEGADOS DO MANGUE



O Manguebeat causou uma transformação enorme. Uma consequência foi tirar a força de um discurso regionalista em excesso e fechado para o mundo. Hoje o Recife é uma cidade mais aberta e Pernambuco se vê como rico e diverso culturalmente.

**RENATO L.**

O Mangue foi o embrião de um pop nacional. Essa transformação, vinda do Nordeste, reafirmou o papel da nossa cultura no pensamento brasileiro. Mas, com o tempo, foi interpretado de uma forma que contraria os seus ideais iniciais.



**DJ DOLORES**

O movimento afirmou que não há nada de errado com o Nordeste. Ele veio junto com a tecnologia e integrou as pessoas de um jeito que hoje elas não precisam da mídia corporativista, mas do trabalho real, orgânico.

**ROGER DE RENOR**



Um legado do Mangue é o entendimento de que temos um contexto cultural riquíssimo, e essa riqueza é mais incluyente do que excludente. Isso faz com que a produção cultural, tecnológica e política hoje seja muito mais relevante.



**H.D. MABUSE**

Confira essas e outras entrevistas em vídeo no site [www.alepe.pe.gov.br](http://www.alepe.pe.gov.br)

## ● MANGUEBEAT

BRENO LAPROVITERA

# Na Ilha de Deus, vida emana do mangue

Comunidade de pescadores em que foi gravado videoclipe *A Cidade* quer ampliar conscientização sobre ecossistema e dinâmicas sociais



Extração de sururu é atividade de Josemar da Silva desde a infância

André Zahar

Cercada pelo mangue, a comunidade pesqueira da Ilha de Deus, na Imbiribeira (Zona Sul do Recife), foi um dos locais escolhidos por Chico Science e Nação Zumbi para a gravação do videoclipe de *A Cidade*. Os moradores ainda se lembram de quando a banda chegou e as crianças correram para dentro do manguezal. “Eu e mais duas meninas fomos chamadas para aparecer no clipe. Chico Science foi muito bem recebido aqui”, relembra a pescadora Joseane Barros da Silva, 32 anos. “Quando ele morreu, fiquei muito abalada. Fomos eu e mais um bocado de gente para o enterro, em Santo Amaro”, revela.

Situada entre os rios Pina, Jordão e Tejió, a comunidade faz limite com os bairros do Pina, Boa Viagem, Ipsep, Jiquiá e Afogados. Atualmente, reúne cerca de 280 famílias, a maioria dedicada à pescaria há várias gerações, em especial à extração de sururu. “Os sururus daqui vão para os melhores restaurantes e o pescador não é reconhecido. Ele não recebe, por exemplo, o seguro-defeso”, denuncia Elinton Sacramento Teixeira, 39, ativista da Ação Comunitária Caranguejo Uçá. O benefício, no valor de um salário mínimo, é garantido pelo Governo Federal

aos pescadores durante o período de reprodução de algumas espécies, quando a pesca fica proibida.

Para os moradores da Ilha de Deus, o mangue não é mera fonte de renda, mas um ecossistema ao qual se sentem pertencentes por laços naturais e de identidade cultural. Josemar Barros da Silva, 29, sai para pescar desde criança e retira sururus de Brasília Teimosa, Santo Amaro e Olinda. No momento da entrevista, enquanto passava os moluscos do barco para os caixotes de feira nos quais serão transportados, mostrou pedaços de saco plástico recolhidos durante a atividade. Por meio do Centro Educacional Popular Saber Viver, o pescador atua na limpeza do mangue. “Quando a maré enche, a gente pega o material e faz a reciclagem”, conta.

Na dissertação de mestrado em Sociologia *Mangue: Moderno, Pós-Moderno, Global*, a pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Glauca Peres da Silva aponta que o

movimento Mangue tomou como referência a imagem utilizada pelo médico e geógrafo Josué de Castro ao falar dos homens que habitam os manguezais, mas agregou as noções de “fertilidade, diversidade e riqueza”.

“Essa transformação em positividade de tudo aquilo que era visto como negativo me parece ser uma das chaves de leitura mais interessantes (...), mostrando que, apesar de todas as coisas ruins associadas aos manguezais, estes devem ser entendidos como algo extremamente importante para a vida marinha e humana, conforme atestado por uma série de dados”, escreve a professora.

Ativista da Ação Comunitária Caranguejo Uçá, o jornalista e produtor cultural Edson Fly, 43, relata incômodo quando a comunidade é retratada com ênfase nos aspectos negativos. Na sede do grupo, funcionam a sala de música do Maracatu Nação da Ilha, biblioteca, rádio, teatro e ilha de edição. Ali também é gravado o *Jornal da Maré*, veiculado pela *TV Universitária* do Recife.

Fly, que conheceu Science pessoalmente por meio do Teatro Mustardinha & Companhia (Teamu &

Cia), sublinha que o movimento Mangue aconteceu em toda a cidade, sendo uma entre outras referências que ajudaram os moradores da Ilha

de Deus a refletir sobre os seus valores, reconhecendo-se como comunidade tradicional pesqueira.

“O Recife depende desses rios limpos, desses mangues pulsando vida. A desmistificação disso, a partir do ambiente Ilha de Deus, é fundamental”, acredita. “Mais do que uma inspiração [nas ideias do Manguebeat], temos conhecimento de causa. Nossa luta é pela transformação não só do ambiente, mas do indivíduo e de sua relação com o outro.”

Fly critica políticas públicas que “outorgam privilégios para uma parcela da cidade”, assim como propostas de flexibilização de leis sobre licenciamento ambiental. “O homem não se alimenta de concreto, piche, petróleo. Alimenta-se de alimentos e água saudáveis. Nós temos tudo para reverter o quadro caótico que existe na cidade, mas se nossos mangues não estiverem saudáveis, a cidade também não vai estar”, conclui.

*O medo dá origem ao mal*

*O homem coletivo sente a*

*necessidade de lutar*

(Chico Science e Nação Zumbi, “Monólogo ao pé do ouvido”)

# Teste da linguinha em recém-nascidos será obrigatório

Hospitais e maternidades deverão adotar procedimento previsto na Lei 15.852 a partir do ano que vem

Luciano Galvão Filho

**P**rocedimento que permite evitar dificuldades na amamentação e futuros problemas na fala e na mastigação, o teste da linguinha será obrigatório nos hospitais e maternidades de Pernambuco a partir do ano que vem. A exigência está prevista na Lei nº 15.852/2016, aprovada pela Assembleia Legislativa em junho.

Tecnicamente conhecido como Protocolo de Avaliação do Frênulo da Língua, o exame consiste em detectar possíveis alterações na membrana que fixa a língua à parte inferior da boca. No teste, o profissional responsável observa tanto aspectos físicos do órgão quanto detalhes do choro do bebê, além de avaliar a maneira como a criança amama.

Quando diagnosticadas, variações anatômicas muito graves podem ser corrigidas por meio de uma pequena cirurgia, em que um corte é feito no frênulo para dar mais movimento à língua. Problemas de menor grau podem ser tratados com exercícios de estimulação.

Fonoaudiólogo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),



BRENO LAPROVITERA

Exame detecta alterações na membrana que fixa a língua à parte inferior da boca

Hilton Justino relata que, há pouco tempo, a realização do teste não era praxe nas maternidades. Segundo o pesquisador, as crianças chegavam até idades mais avançadas com complicações na fala que poderiam ter sido corrigidas desde cedo, quando o tratamento é mais simples.

“Essa é uma lei necessária, que evita problemas futuros ao recém-

nascido e reduz o desmame precoce. Crianças com limitações na amamentação podem ter, por exemplo, dificuldades para ganhar peso”, aponta Justino. Segundo o professor, estudos menos aprofundados estimam que 15% dos bebês apresentam anomalias no frênulo lingual. De acordo com o pesquisador, se consideradas variações

ainda pouco abordadas do problema, o número de crianças afetadas pode ser ainda maior.

“Além da obrigatoriedade do teste, é preciso que os hospitais tenham fonoaudiólogos especializados para realizá-lo, que conheçam bem o perfil das alterações”, assevera Justino. “Muitas vezes a unidade de saúde conta com um

profissional que não é da área, o que não é indicado.”

Segundo a nova lei, todas as crianças nascidas em hospitais e maternidades no Estado devem ser submetidas ao teste. Além disso, até um mês após o parto, as unidades de saúde são obrigadas a realizar o exame em bebês nascidos fora de estabelecimentos médicos. Se verificadas, as anomalias deverão ser informadas aos responsáveis, que também precisarão ficar cientes da existência dos procedimentos corretivos.

Desde 2015, por força da Lei Federal nº 13.002/2014, o exame já era exigido em todo o País. Autor do projeto que originou a norma em Pernambuco, o deputado Joaquim Lira (PSD) explica que a legislação estadual quer reforçar a obrigatoriedade e dar ciência aos responsáveis pelos bebês sobre o direito que possuem.

“Por falta de conhecimento, muitas mães se sentem culpadas em não conseguir amamentar, quando, na verdade, a dificuldade pode ser uma alteração na língua do bebê”, exemplifica o parlamentar. “A ideia é determinar que o exame seja feito, regulamentar o procedimento e garantir que os pais recebam informações completas, para corrigir possíveis problemas rapidamente.”

## Documento Histórico

### Alepe guarda registro de pleito salarial de professores em 1846

Em 20 de novembro de 1846, a então Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco recebeu uma petição de uma professora pública de Primeiras Letras da Cidade da Vitória - atual município de Vitória de Santo Antão, na Mata Sul. Maria Guilhermina de Oliveira Maciel solicitava que seu salário fosse igualado ao dos professores de Goiana, na Mata Norte, que oferecia honorários no valor anual de 500 mil réis.

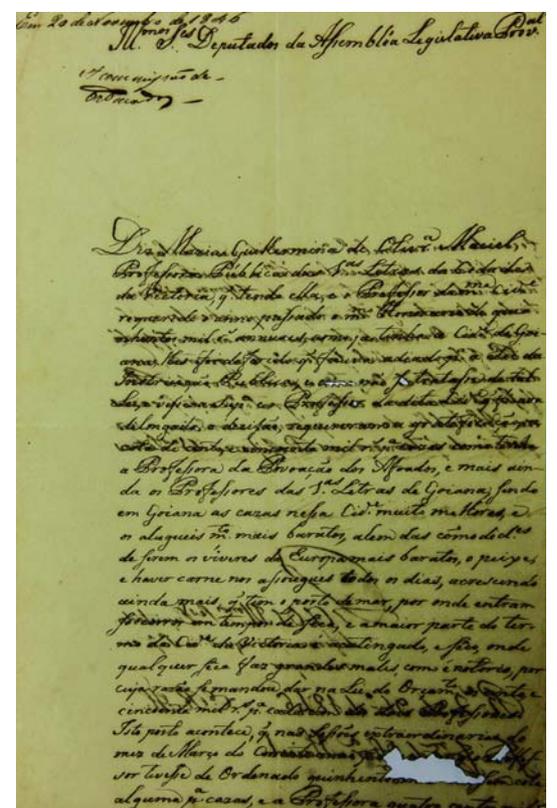
Foi deferido que a solicitação seria respondida pela Lei de Instrução Pública, o que não ocorreu. Por esse motivo, a educadora pediu uma gratificação na cota de 150 mil réis para aluguel de casas - direito que professores do Povoado dos Afogados e de Goiana já tinham.

Maria Guilhermina alegava que, em tempo de seca, Vitória sofria “grandes males”, diferentemente de outras localidades que eram próximas ao “porto do mar”. Lá faltavam os benefícios de viver perto da capital: açougues sempre abastecidos, acesso a peixes e produtos europeus, alugueis mais baratos e socorro para a estiagem.

Em reunião extraordinária, a Assembleia resolveu, então, que os professores de Vitória tivessem seu ordenado definido em 500 mil réis e fossem autorizados a solicitar, no ano seguinte, a cota ou gratificação para aluguel de casas. Essas medidas garantiriam a equidade de direitos dos educadores da cidade em relação à proporção do que tinham direito outros professores de Primeiras Letras do Estado.

#### CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Petição de Maria Guilhermina de Oliveira Maciel, de 20 de novembro de 1846. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.



## ● MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

# Visibilidade para combater intolerância religiosa

Principais vítimas, adeptos de crenças de matriz africana denunciam racismo, cobram respeito e mostram educação como caminho

Ivanna de Castro

Pernambuco começa novembro — mês em que se celebra o Dia da Consciência Negra (20/11) — chamando atenção para um tema recorrente e sensível à comunidade afro-brasileira: a intolerância religiosa. No último dia 1º, o Recife recebeu a décima edição da Caminhada dos Terreiros, quando milhares de seguidores e simpatizantes de religiões de matriz africana percorreram as ruas do Centro para exigir reconhecimento e respeito aos seus credos.

A articulação desses grupos tem justificativa, uma vez que são eles os principais alvos de preconceito religioso no Brasil. De acordo com o Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa (2011-2015) da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 27% das denúncias recebidas nesse período tiveram como vítimas os adeptos de religiões de origem africana, como umbanda e candomblé, por exemplo. Em segundo lugar estão os fiéis de igrejas evangélicas (16%), seguidos por católicos (8%).

O documento mostra, também, que os relatos de violência estão se tornando mais frequentes: 2015 registrou um número 273% maior de queixas que em 2014. Este, por sua vez, apresentou 35% mais ocorrências que em 2013. Os dados, no entanto, ainda são considerados baixos, com 1.031 denúncias contabilizadas em cinco anos. Os integrantes de terreiros, porém, não observam um ambiente de tolerância religiosa no País, mas a subnotificação dos casos.

Em Pernambuco, por exemplo, foram registradas dez queixas em 2015 e, até setembro passado, houve somente quatro denúncias. Pai Ademar, babalorixá do Terreiro Ilê Axé Ofáromin, no Recife, é uma vítima que ficou fora da estatística, apesar de ter sofrido agressão neste ano: duas janelas da casa dele, localizada sobre o espaço religioso, foram apedrejadas após uma cerimônia de candomblé que liderava.

“Estávamos fazendo nossa festa para Pombagira quando minha mãe, que mora ao lado do terreiro, recebeu uma ligação anônima. A pessoa falou que era para a cerimônia acabar naquela hora, senão seria encerrada debaixo de tiro. Mais tarde, quando cheguei em casa, as janelas da minha cozinha estavam quebradas”, conta. O líder religioso diz que não fez registro da ocorrência porque não conseguiu identificar os agressores.

Em algumas situações, mais difícil do que detectar o autor da violência é se reconhecer como vítima de preconceito religioso. “A discriminação acontece, muitas vezes, de forma mascarada”, explica Mãe Elza, líder do Terreiro Ilê Axé Egbé Awo, no Recife, e presidente do Conselho Estadual de Políticas de Igualdade Racial. “Nossa identidade religiosa está exposta em nossas vestimentas. Quando ando nas ruas, alguns se aproximam para pedir reza, conselho; mas há também aqueles que nos chamam de adoradores do diabo e nos entregam panfletos de outras religiões. O preconceito às vezes está encoberto em promessas de salvação em outra crença”, observa.

O filho de santo Dênis Yago, 19 anos, conheceu o Terreiro de Pai Ademar no ano passado e, desde então, garante já ter “se acostumado” com cenas cotidianas de preconceito. O jovem afirma ser comum pessoas se afastarem quando está usando bata e eketé (chapéu) em lugares públicos. “Geralmente, quando ando de ônibus, o assento ao meu lado fica vazio. Eu já não ligo, mas acho que as pessoas precisam conhecer nossa religião”, acredita.

Gilbraz Aragão, doutor em Teologia e coordenador do Observatório Transdisciplinar das Religiões da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), acredita que a mudança de atitude passa pelo esclarecimento. “Cabe à comunidade educativa analisar o



Pai Ademar, entre a yarobá de oxalá lufan Alba Lima (esq.) e a ya de iaô Helena Souza, com o filho de santo Dênis Yago: “as pessoas precisam conhecer nossa religião”, acredita o jovem

papel das tradições religiosas na estruturação e na manutenção das culturas, rompendo com relações de poder que encobrem discriminações e preconceitos”, analisa o professor.

Na avaliação de Marta Almeida, representante do Movimento Negro Unificado e técnica de Política de Igualdade Social do Estado, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas redes pública e particular de ensino do País ainda não é efetivamente aplicado, apesar de ser uma obrigação das escolas desde a Lei Federal nº 10.639, de 2003. “Só com o conhecimento das nossas tradições e origens, conseguiremos enfrentar essa discriminação que maltrata e mata. É difícil vivermos com perseguição à nossa vestimenta, à nossa maneira de falar e agir e, ainda, à nossa fé”, lamenta.

Segundo a Secretaria Estadual de Educação, Pernambuco já está se articulando para implementar o ensino da disciplina, que também está presente no Plano Estadual de Educação (Lei nº 15.533/2015). Em setembro, foi lançado o Plano de Institucionalização do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Estado. “O documento elenca uma série de ações de apoio às escolas, entre as quais formação continuada, produção de material didático e organização de grupos de discussões”, explica Vera Braga, gerente da Secretaria. “O preconceito existe e a comunidade precisa refletir sobre ele.”

### RACISMO E RELIGIÃO

“A intolerância às religiões de matriz africana é fundamentada no racismo. Devido ao nosso passado escravista, tudo o que se relaciona à cultura negra é desprezado e, até mesmo, demonizado”, analisa o teólogo Gilbraz Aragão.

Para o estudioso, elementos de religiões africanas foram, historicamente, apropriados e ressignificados por outras crenças. “Algumas igrejas cristãs utilizam rituais praticados em terreiros, mas mudam seus nomes e invertem os valores. O transe que ocorre em rituais de candomblé, por exemplo, é realizado em certos cultos, numa situação de menosprezo, como o exorcismo de pessoas endemoniadas”, compara.

“É preciso que as pessoas tenham conhecimento sobre a nossa tradição, porque nos foram colocados estigmas equivocados, como adoração ao satanás. Isso não está nos nossos cultos e não pertence ao nosso credo”, ressalta Mãe Elza, que faz um apelo: “Defendo que qualquer pessoa professe sua religião com toda a sua fé. E que isso também seja garantido a nós, seguidores de religiões de terreiros”.

De acordo com Aragão, para enfrentar a intolerância religiosa e atender ao pleito de Mãe Elza, é fundamental a defesa constante do Estado Laico. “O Poder Público deve controlar o proselitismo religioso, reger o uso de símbolos sagrados nos espaços públicos, além de não submeter questões legais, como a educação, a interesses de alguma religião”, encerra.



### Fique Sabendo

No Brasil, a liberdade religiosa está assegurada no artigo 5º da Constituição Federal. A intolerância religiosa, por sua vez, é considerada crime de ódio pela Lei Federal nº 9.459/1997. A norma prevê pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa para quem praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, etnia ou religião.